

Termo de Notificação - TN

Processo:	PCSB/CSB/0143/2017
Nome da Fiscalização:	AF no SAA e SES de Pacajús
Relatório de fiscalização:	RF/CSB/0033/2017

1. Identificação do Órgão Fiscalizador

Nome:	Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará.
Endereço:	Centro Adm Virgílio Távora- Av Gal Albuquerque Lima, Cambeba-CEP 60822-325, Fortaleza
Telefone:	(85) 3194-5605

2. Identificação do Notificado

Nome:	CAGECE
CNPJ:	07040108000157
Responsável:	Neurisângelo Cavalcante de Freitas
Qualificação:	Concessionária dos Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário
Endereço:	Av. Dr. Lauro Vieira Chaves, 1030 - Vila União, Fortaleza-CE

3. Descrição dos Fatos Apurados

Determinação:	D4 (RF/CSB/0033/2017)
Constatações:	<p>-Os resultados dos laudos físico-químicos e bacteriológicos produzidos pela GECCOQ, provenientes de amostras coletadas na saída da ETE Buriti, no período de agosto/2016 a julho/2017, apresentaram as seguintes não conformidades com relação à legislação ambiental:</p> <p>SST: os meses de set/16 e jun/17 apresentaram valores acima do estabelecido pelas Resoluções CONAMA nº 357/2005 e nº 430/2011, Portarias 154/2002 e 111/2011 da SEMACE e Resolução COEMA nº 02/2017.</p> <p>Materiais Flutuantes: o mês de fev/17 constatou-se presença em desacordo ao estabelecido pelas Resoluções CONAMA nº 357/2005 e nº 430/2011, Portarias 154/2002 e 111/2011 da SEMACE e Resolução COEMA nº 02/2017.</p> <p>Escherichia Coli: os meses de abr/17, mai/17 e jun/17 apresentaram valores acima do estabelecido pelas Resoluções CONAMA nº 357/2005 e nº 430/2011, Portarias 154/2002 e 111/2011 da SEMACE e Resolução COEMA nº 02/2017.</p> <p>Os resultados do laudo bacteriológico da amostra coletada na ETE Buriti, resultante da campanha CAGECE/NUTEC realizada no dia 15/09/2017, quanto ao atendimento aos padrões de lançamento de efluente tratado, estabelecidos pelas Resoluções CONAMA nº 357/2005 e nº 430/2011, Resolução COEMA nº 02/2017 e Portarias 154/2002 e 111/2011 da SEMACE:</p> <p>CAGECE: Sólidos Sedimentáveis: a amostra analisada apresentou não conformidade. Sulfeto: a amostra analisada apresentou não conformidade.</p>
Orientação:	A CAGECE deve lançar efluentes de acordo com as condições e padrões das normas ambientais, visando corrigir as não conformidades descritas na constatação C4.
Prazo (dias):	30
Fundamento Legal:	Art. 22 do Código de Defesa do Consumidor - Os órgãos públicos, por si ou suas empresas, concessionárias, permissionárias ou sob qualquer outra forma de empreendimento, são obrigados a fornecer serviços adequados, eficientes, seguros e, quanto aos essenciais, contínuos.

Constatações:

Fundamento Legal:	<p>Parágrafo único. Nos casos de descumprimento, total ou parcial, das obrigações referidas neste artigo, serão as pessoas jurídicas compelidas a cumpri-las e a reparar os danos causados, na forma prevista neste Código.</p> <p>-</p> <p>Art. 2º da Res. nº 130/2010 da ARCE - Compete ao prestador de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, nos municípios sob sua responsabilidade, o planejamento, a execução das obras e instalações, a operação e manutenção dos serviços de captação, transporte, tratamento, reservação e distribuição de água, e o esgotamento, tratamento e disposição final dos esgotos sanitários, a medição dos consumos, o faturamento, a cobrança e arrecadação de valores e monitoramento operacional de seus serviços, nos termos desta Resolução, observados os contratos de concessão e de programa de cada município.</p> <p>-</p> <p>Art. 11 da Res. 122/2009 da ARCE - Os requisitos de qualidade de esgotos tratados para lançamento em corpos receptores observarão as características de qualidade da água desses corpos receptores e seus usos preponderantes, segundo a classificação dada pela Regulamentação do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA).</p> <p>Parágrafo único - O PRESTADOR DE SERVIÇOS deverá atender às disposições da legislação estadual em vigor sobre padrões e condições de lançamento dos esgotos tratados.</p>
Infrações:	04.01 - Lançamento de efluentes - Lançar efluentes em desacordo com as condições e padrões das normas ambientais.

4. Ações a serem empreendidas pelo Notificado

O notificado terá o prazo de 15 (quinze) dias, contado do recebimento deste Termo de Notificação, para se manifestar sobre o assunto nele tratado, oferecendo as informações e os documentos que considerar necessários ou convenientes à fiscalização. A manifestação deverá ser dirigida ao Coordenador de Saneamento Básico.

5. Representante do Órgão Fiscalizador

Nome:	Marcio Gomes Rebello Ferreira		
Cargo/Função:	Analista de Regulação	Matricula:	108-1-2
Lotação:	Coordenadoria de Saneamento		

Fortaleza, 18/12/2017	Assinatura:
Recebido em: __/__/____	
Por _____	
Identificação	Assinatura _____